

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS IV

JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA

LUCIANA DE ABOIM MACHADO

CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRIO - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFGM - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Ednilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos sociais e políticas públicas IV[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: José Ricardo Caetano Costa, Luciana de Aboim Machado, Carlos Eduardo do Nascimento – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-293-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS IV

Apresentação

O Grupo de Trabalho “Direitos Sociais e Políticas Públicas IV” reúne pesquisas que refletem a complexidade, a pluralidade e os desafios contemporâneos na construção de políticas públicas orientadas pelos direitos fundamentais. Os estudos apresentados evidenciam não apenas a diversidade temática que atravessa a agenda pública brasileira, mas também a urgência de respostas jurídicas, institucionais e sociais capazes de assegurar dignidade, inclusão e equidade em diferentes contextos.

Nesta edição, o GT contempla reflexões que vão desde os impactos da era digital na liberdade de expressão e no direito da personalidade, até a análise profunda de políticas setoriais voltadas à educação, previdência, mobilidade urbana, direitos das crianças, população em situação de rua, pessoas trans, mulheres deslocadas, pessoas privadas de liberdade e demais grupos historicamente vulnerabilizados.

A diversidade dos trabalhos evidencia uma preocupação transversal: compreender como o Estado formula, implementa e aperfeiçoa políticas públicas em um cenário marcado por transformações tecnológicas, tensões morais, desigualdades estruturais e novos paradigmas internacionais.

Entre os temas apresentados, destacam-se:

- Liberdade de expressão e direito da personalidade na era digital, problematizando limites e desafios no ambiente virtual;
- Garantia de inclusão previdenciária, com análise da sua estrutura constitucional;
- Políticas de alimentação escolar, com enfoque na proteção dos direitos da personalidade da criança;
- Capacitação profissional e empoderamento feminino em comunidades remotas, articulando empreendedorismo, educação itinerante e inclusão econômica;
- Democratização do acesso a práticas esportivas e culturais em comunidades carentes, com estudo do Projeto Movimento Sempre Presente;

- Inclusão digital escolar e sua centralidade para a educação e a cidadania;
- Ética e política em Aristóteles, como marco teórico para avaliar políticas destinadas à população em situação de rua;
- Integridade pública sob a ótica da moralidade kantiana;
- Processo estrutural como solução para a insuficiência de vagas em creches públicas;
- Direito à não tortura no sistema prisional, com análise da ADPF 347;
- Crítica ao conceito censitário de família e seus reflexos nas políticas públicas;
- Políticas públicas de esporte, cultura e lazer, novamente com foco no Movimento Sempre Presente;
- Políticas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, analisadas sob a luz da literatura histórico-ficcional;
- Dignidade humana no fechamento dos manicômios judiciais;
- Risco de captura das agências reguladoras e seus impactos na eficiência estatal;
- Necropolítica do desenvolvimento e os deslocamentos forçados de mulheres no capitalismo global;
- A Corte Interamericana como “policy maker” ambiental, explorando direitos humanos e cooperação climática;
- Responsabilidade civil digital como política de proteção de dados;
- Exclusão da população trans no mercado de trabalho e a necessidade de políticas inclusivas;
- Efetividade dos direitos fundamentais dos transgêneros, com a análise da atuação do STF.

Ao articular abordagens teóricas e empíricas, críticas e propositivas, o GT se consolida como um espaço de diálogo acadêmico comprometido com a construção de um Estado democrático

capaz de promover justiça social. A presente coletânea, portanto, reafirma a importância da pesquisa jurídica e multidisciplinar para transformar realidades, influenciar decisões públicas e fortalecer a proteção dos direitos fundamentais no Brasil e na América Latina.

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A PRÁTICAS ESPORTIVAS E CULTURAIS
EM COMUNIDADES CARENTES: O PROJETO MOVIMENTO SEMPRE
PRESENTE COMO ESTRATÉGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
SOCIAL**

**DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO SPORTS AND CULTURAL PRACTICES
IN UNDERPRIVILEGED COMMUNITIES: THE MOVIMENTO SEMPRE
PRESENTE PROJECT AS A STRATEGY FOR PUBLIC POLICIES OF SOCIAL
INCLUSION**

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Resumo

O artigo analisa o Projeto Movimento Sempre Presente, iniciativa interdisciplinar desenvolvida em parceria entre o Instituto de Proteção das Garantias Individuais (IPGI) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que visa democratizar o acesso a práticas esportivas, culturais e de lazer em comunidades carentes. Fundamentado nos princípios da gestão compartilhada (Abrucio; Pó, 2020) e da intersectorialidade (Sampaio, 2021), o projeto articula ensino, pesquisa e extensão como estratégia para políticas públicas de inclusão social. Por meio de uma metodologia que combina abordagens quantitativas e qualitativas, o estudo demonstra como a integração entre esporte, cultura e educação pode promover cidadania ativa, saúde comunitária e desenvolvimento territorial. Os resultados preliminares indicam a efetividade dos arranjos institucionais colaborativos na superação das desigualdades sociais, destacando o potencial transformador das parcerias entre Estado, universidades e sociedade civil. O artigo estrutura-se em quatro eixos analíticos: (1) a relação entre cidadania e políticas públicas; (2) os novos arranjos da gestão compartilhada; (3) as parcerias Estado-sociedade civil; e (4) o esporte como ferramenta de inclusão. Conclui-se que iniciativas como o Movimento Sempre Presente representam modelos promissores para a consolidação de políticas públicas integradas e participativas.

Palavras-chave: Democratização cultural, Inclusão social, Políticas públicas, Esporte comunitário, Parcerias institucionais

Abstract/Resumen/Résumé

This article analyzes the Movimento Sempre Presente Project, an interdisciplinary initiative developed in partnership between the Institute for the Protection of Individual Guarantees (IPGI) and the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO). Its aim is to democratize access to sports, cultural, and leisure activities in underprivileged communities. Based on the principles of shared management (Abrucio; Pó, 2020) and intersectorality (Sampaio, 2021), the project brings together teaching, research, and outreach as a strategy for inclusive public policies. Through a methodology that combines quantitative and qualitative approaches, the study demonstrates how the integration of sports, culture, and education can

promote active citizenship, community health, and territorial development. Preliminary results indicate the effectiveness of collaborative institutional arrangements in overcoming social inequalities, highlighting the transformative potential of partnerships between the State, universities, and civil society. The article is structured around four analytical axes: (1) the relationship between citizenship and public policies; (2) new frameworks of shared management; (3) State–civil society partnerships; and (4) sports as a tool for inclusion. It is concluded that initiatives such as Movimento Sempre Presente represent promising models for the consolidation of integrated and participatory public policies.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Cultural democratization, Social inclusion, Public policies, Community sports, Institutional partnerships

1. Introdução

A democratização do acesso a práticas esportivas e culturais configura-se como desafio central para as políticas públicas contemporâneas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. No Brasil, onde 28% da população não pratica atividades físicas (IBGE, 2022) e 72% dos municípios carecem de equipamentos culturais adequados (IPEA, 2021), iniciativas que articulam esporte, cultura e educação emergem como estratégias fundamentais para promoção da inclusão social e do desenvolvimento humano integral (BRASIL, 2021).

Nas últimas décadas, os projetos sociais que articulam práticas esportivas e culturais emergiram como estratégias eficazes para promoção da cidadania ativa e desenvolvimento humano integral, particularmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Pesquisas recentes (Sampaio et al., 2021; Nascimento et al., 2023; Ribeiro; Vieira, 2022) evidenciam que o acesso sistemático ao esporte e lazer transcende a mera garantia constitucional (BRASIL, 1988), configurando-se como potente ferramenta para desenvolvimento de competências socioemocionais, aprimoramento da saúde integral e fortalecimento do tecido comunitário.

Neste cenário, o Projeto Movimento Sempre Presente - fruto da parceria entre o Instituto de Proteção das Garantias Individuais (IPGI) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - apresenta-se como experiência paradigmática de política pública intersetorial. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), particularmente ao ODS 3 (saúde e bem-estar) e ODS 10 (redução das desigualdades), o projeto fundamenta-se em três pilares teóricos: a concepção de cidadania como participação social (Marshall, 1967); os modelos de gestão compartilhada (Abrucio; PÓ, 2020); e o potencial transformador do esporte como ferramenta de inclusão (Stigger, 2002).

O estudo que se volta para analisar esse projeto que está se encontra em fase inicial de realização, adota uma abordagem metodológica mista, que integra técnicas qualitativas e quantitativas para uma compreensão abrangente do objeto de investigação. A estratégia metodológica combina quatro procedimentos principais:

Em primeiro lugar, realiza-se uma pesquisa documental sistemática, analisando leis, editais públicos e relatórios institucionais que fundamentam as políticas públicas de esporte e cultura. Essa etapa permite contextualizar o projeto no marco legal brasileiro, identificando as diretrizes normativas que orientam ações dessa natureza.

Complementarmente, desenvolve-se uma análise de dados socioeconômicos dos territórios atendidos pelo projeto, utilizando indicadores oficiais sobre renda, escolaridade e acesso a equipamentos públicos. Esses dados quantitativos fornecem o perfil objetivo das comunidades beneficiadas, permitindo mensurar o impacto social das intervenções realizadas.

A dimensão qualitativa é contemplada através de registros etnográficos das atividades desenvolvidas pelo projeto, incluindo diários de campo, fotografias e gravações audiovisuais que capturam as dinâmicas interativas e processos sociais em desenvolvimento.

Por fim, organizam-se grupos focais com participantes do projeto, criando espaços dialógicos para avaliação participativa dos resultados e impactos percebidos. Essas sessões permitem captar as percepções subjetivas dos beneficiários sobre as transformações ocorridas em suas vidas e comunidades.

Essa triangulação metodológica (Minayo, 2014) possibilita superar os limites de abordagens unidimensionais, oferecendo uma visão multifacetada tanto dos processos quanto dos resultados do Projeto Movimento Sempre Presente.

Estruturalmente, o artigo desenvolve-se em cinco seções: inicialmente, discute-se a relação entre cidadania e políticas públicas; em seguida, analisam-se os novos arranjos da gestão compartilhada; a terceira parte examina as parcerias Estado-sociedade civil no caso específico do projeto; a quarta seção explora o esporte como ferramenta de inclusão; e finalmente, apresenta-se detalhadamente o Projeto Movimento Sempre Presente, suas fases de implementação e resultados preliminares.

A relevância acadêmica desta pesquisa reside em sua contribuição para os estudos sobre políticas públicas participativas, enquanto seu impacto social manifesta-se na demonstração concreta de como arranjos institucionais inovadores podem promover efetiva inclusão social por meio do esporte e da cultura.

2. Cidadania e Políticas Públicas: Uma Análise sobre Participação Social

Cidadania é concebida como um conceito multidimensional e dinâmico, que transcende a mera titularidade de direito para envolver uma participação, consciente responsável e dos indivíduos na vida em sociedade. Ela representa o eixo central que pleno o exercício dos direitos, política e social, articulando a indivíduo o e o Estado. Nesse, uma definição de T. H. A. Maior fornecedor de Marshall uma base fundamental para a compreensão do tema. Para o autor, um status de cidadania é "um status. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e ao status" (Marshall, 1967, p. 15). 28). Marshall (1967) argumenta que ainda "a cidadania plena se realiza pela interioridade efetiva de direitos e todos e por oportunidades para todos os membros da comunidade política" (p. 28). Esta concepção, considera, portanto, não uma isonomia formal perante a lei, mas também de existência materiais condições corretoras que viabilizem exercício o concreto e substantivo dos direitos.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988, a: "Constituição Cidadã", eleva a cidadania à *stable de format* da República. Seu artigo 1º estabelece de forma inequívoca que "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal,-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] II - uma cidadania" (BRASIL, 1988). Esta previsão guarda relação intrínseca com o princípio da dignidade da pessoa humana, e não se trata de mera declaração estando vinculada de modo direto e operacional no capítulo dos Direitos Sociais. O artigo 6º da Carta Magna explicita garantia essa: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a à à espiração e proteção à maternidade, a a desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988). A previsão do lazer como direito social está relacionada à necessidade de políticas públicas que o instrumentalizem, por meio de práticas de esporte e cultura.

No entanto, uma simples existência de direitos na letra da lei condição apesar de necessária, não é o suficiente. É que para sua efetivação, necessário se faz a existências de boas políticas públicas. Estas, por sua vez, não se materializam apenas como meras ofertas, mas como ferramentas pedagógicas para uma formação cidadã. Pedro Demo, ao analisar essa relação, argumentação que "a) cidadania se constrói pela combinação entre

a acomodação a acesso aos direitos e a crítica participação nos processos decisórios" (DEMO, 2011, p. 139. 45). Nessa perspectiva, programas sociais que integram educação, esporte, lazer e cultura assumem um viés estratégico e, indo além da oferta. Eles se tornam fundamentais para a formação de conteúdos independentes, que importem na construção de mentes conscientes de seus direitos e deveres e que sejam capazes de preparar o indivíduo para a realidade social de modo crítico e reflexivo.

A relevância do esporte e da cultura como meios de socialização positiva, inclusão social e desenvolvimento humano amplamente reconhecida se faz necessária por intermédio de iniciativas voltadas, especialmente, para em jovens em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes viabilizadas através de parcerias entre o público e o privado. O Ministério da Cidadania, por meio de sua estrutura, tem desenvolvido iniciativas muito interessantes nesse sentido. Conforme documentado em seu planejamento, a Secretaria Nacional de Recurso Nacional de Educação, Lazer e Inclusão Social tem a missão de "formular, coordenar, e articular as políticas nacionais de esporte, de lazer e de inclusão social, por esporte do educacional, de participa e de meio" (BRASIL, 2021). Tal orientação política promove não somente o acesso a bens e esportes, mas também o estimular uma participação, o desenvolvimento de habilidades (como atuar em equipe, disciplina, respeito à regras) para a construção de valores democráticos.

Tais políticas alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em seu conjunto ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 10 (respeito às diferenças) e configuram-se como os norteadores sistemas para a empresa de ensino de âmbito

A concepção de políticas públicas verticais, os comandos de cima para baixo, mostra-se cada vez inadequada mais. Uma gestão compartilhada, envolvendo a Administração, a sociedade civil, o setor privado, e antes, o próprio beneficiário, configura-se como o modelo mais adequado. Essa prática que assegura que a política refletia a respeito das reais necessidades da comunidade fortalecendo o exercício de cidadania revela-se um excelente exemplo de transparência a aplicação e na eficiência dos recursos.

2.1 A Gestão Compartilhada nas Políticas Públicas: Novos Arranjos Institucionais

A gestão compartilhada configura-se como um paradigma contemporâneo que pressupõe a construção de novos arranjos institucionais na esfera pública, estabelecendo

formas inovadoras de articulação entre Estado, sociedade civil e setor privado. Conforme destacam Abrucio e Pó (2020, p. 47), "a complexidade dos desafios sociais contemporâneos exige modelos de governança que transcendam a atuação estatal isolada, incorporando atores diversos nos processos de formulação e implementação de políticas públicas". Essa tendência tem se manifestado com particular intensidade no âmbito municipal, onde projetos e programas são cada vez mais desenvolvidos em redes colaborativas que congregam múltiplas organizações em torno de problemas de interesse comum (Arretche, 2019).

No contexto brasileiro, essa abordagem encontra respaldo em iniciativas como a Conferência Nacional de Educação (CONAE), organizada pelo Ministério da Educação em parceria com o Fórum Nacional de Educação (FNE). Conforme documentos oficiais (BRASIL, 2024), a edição de 2024 tem como tema central o "Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034: política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável". A CONAE exemplifica essa perspectiva intersetorial ao promover diálogos entre educação e áreas como meio ambiente, ciência e tecnologia, cultura, saúde e esportes, reconhecendo a diversidade como elemento estruturante das políticas públicas.

Nesse cenário, ganham relevância ações que articulam esporte, cultura e saúde como eixos integrados de promoção do bem-estar social. Como observa Sampaio (2021, p. 93), "as políticas sociais mais efetivas são aquelas que conseguem estabelecer sinergias entre diferentes áreas do conhecimento e atuação, superando a fragmentação setorial tradicional". Essa compreensão tem orientado o planejamento governamental recente, que valoriza iniciativas capazes de conjugar: a promoção da saúde e prevenção de agravos; a manutenção da educação e cidadania ativa; o desenvolvimento da consciência corporal; a gestão integrada de políticas sociais.

Tais abordagens demonstram a crescente compreensão de que os desafios sociais contemporâneos demandam respostas multifacetadas e colaborativas, nas quais diferentes saberes e instituições contribuem para a construção de soluções sustentáveis e inclusivas.

3. As Parcerias Estado-Sociedade Civil no Âmbito das Políticas Públicas: O Caso do Projeto Movimento Sempre Presente

As relações colaborativas entre Estado e sociedade civil têm se consolidado como um paradigma fundamental para a implementação de políticas públicas no século XXI. Como destacam Abrucio e Pó (2020, p. 15), "a complexidade dos problemas sociais contemporâneos exige arranjos institucionais inovadores, que combinem a capacidade regulatória do Estado com a expertise territorializada das organizações da sociedade civil". Esse modelo de governança colaborativa ganhou especial relevância no Brasil após a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu novos marcos para a participação social na gestão pública (BRASIL, 1988).

A institucionalização do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) pela Lei nº 13.019/2014 representou um avanço significativo nesse processo, criando diretrizes claras para as parcerias entre poder público e entidades civis. Segundo Sampaio e Lima (2018, p. 103), "o MROSC trouxe maior segurança jurídica às relações de fomento e colaboração, permitindo que organizações da sociedade civil atuem como parceiras estratégicas na execução de políticas públicas". Essa mudança paradigmática está alinhada com os princípios da Administração Pública Societária proposta por Tenório (2008), que enfatiza a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na promoção do bem comum.

No entanto, como alertam Arretche e Marques (2019, p. 72), "a efetividade dessas parcerias depende de fatores como transparência, controle social e equilíbrio de poder entre os atores envolvidos". Estudos recentes demonstram que, quando bem estruturadas, essas colaborações podem potencializar a inovação social (Faria, 2021), ampliar o alcance das políticas públicas (Dowbor, 2017) e fortalecer a democracia participativa (Gohn, 2020).

Como destacam Lopes, Santos e Brochardt (2016, p. 112), "a regulamentação dessas parcerias possibilitou a construção de arranjos institucionais inovadores, capazes de articular conhecimentos técnicos estatais com a expertise comunitária das organizações civis". Essa sinergia tem se mostrado particularmente relevante para o enfrentamento de problemas sociais complexos, que demandam soluções criativas e contextualizadas.

Nesse contexto, o Projeto Movimento Sempre Presente, desenvolvido em conformidade com o Programa 2626920240034 da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), configura-se como uma iniciativa paradigmática dessa nova

geração de políticas públicas colaborativas. Sua abordagem participativa não apenas atende às diretrizes estabelecidas pelo MROSC, como também materializa os princípios de corresponsabilidade e subsidiariedade que fundamentam as parcerias contemporâneas entre Estado e sociedade civil (ABRUCIO, 2019).

A experiência demonstra que tais arranjos cooperativos apresentam dupla vantagem comparativa: por um lado, ampliam o raio de ação das políticas públicas mediante a utilização de redes sociais já consolidadas; por outro, potencializam a efetividade das intervenções através da incorporação de saberes locais. Como observa Tenório (2017, p. 78), "a governança colaborativa emerge como modelo promissor para o fortalecimento do capital social e a promoção do bem-estar coletivo".

Ao articular as áreas temáticas de Educação e Saúde, o projeto alinha-se estrategicamente com três linhas de extensão fundamentais para o desenvolvimento social, sendo certo que são categorias do "Plano Nacional de Extensão Universitária" (antigo formulário de cadastro de projetos no Sistema de Informação da Extensão - SIEX), que seguem a classificação padrão estabelecida pela Rede Nacional de Extensão (RENEX). No contexto atual, essas linhas foram atualizadas no Catálogo de Linhas de Extensão (2023-2026) do Ministério da Educação (MEC).

Em primeiro lugar, vincula-se à Linha de Extensão 18 (Esporte e Lazer) mediante a implementação de um programa abrangente que promove práticas esportivas, vivências culturais, atividades físicas e experiências de lazer para diferentes faixas etárias. Esta abordagem não se limita à dimensão recreativa, mas incorpora esses elementos como instrumentos pedagógicos para o exercício da cidadania ativa, processos de inclusão social e promoção da saúde integral, conformando-se assim aos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Esporte e Lazer.

Em segundo plano, a proposta estabelece conexão direta com a Linha de Extensão 26 (Grupos Sociais Vulneráveis) através de um conjunto de ações específicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais. Estas intervenções buscam fomentar processos de emancipação social, valorização das identidades coletivas e inclusão socioprodutiva de populações historicamente marginalizadas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, particularmente no que tange à redução das desigualdades.

Por fim, a iniciativa dialoga com a Linha de Extensão 36 (Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais) por meio de um programa de apoio técnico-institucional voltado para o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo popular. Este eixo contempla ações formativas e de assessoramento para organizações comunitárias que atuam na interface entre esporte, lazer e garantia de direitos, potencializando assim sua capacidade de intervenção social e política nos territórios. Tal abordagem reflete os princípios do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), que preconiza a construção de parcerias qualificadas entre Estado e sociedade civil para o enfrentamento das desigualdades sociais.

4. O Esporte como Ferramenta de Inclusão Social e Promoção da Saúde

Desde a década de 2000, estudos na área de educação física vêm demonstrando que a prática esportiva sistematizada é capaz de desenvolver competências psicossociais fundamentais, como empatia, cooperação, resiliência e respeito à diversidade. Silva et al. (2022), em um estudo com populações escolares, identificaram que a convivência intergrupal em modalidades esportivas promove a empatia e a aceitação mútua, ao passo que Fonseca e Barbosa (2022) reforçaram esse achado ao demonstrar que programas regulares de esporte geram ganhos significativos em termos de colaboração e solidariedade entre participantes de diferentes origens sociais. Essa correlação entre esporte e competências relacionais está alinhada com o conceito de “desenvolvimento positivo de jovens” (PYD), que aponta o esporte como vetor educativo e formativo, em especial para comunidades vulneráveis.

No que diz respeito à resiliência, Bicalho (2020) construiu a “Escala de Resiliência no Esporte – EREsp” e demonstrou que atletas expostos a contextos de adversidade esportiva desenvolvem mecanismos emocionais e cognitivos mais eficazes na superação de obstáculos, o que reforça a ideia de que a prática esportiva sistematizada é uma ferramenta de fortalecimento psicológico 2. Complementarmente, documentos da Organização Mundial da Saúde – OMS (2020) apontam que a atividade física regular deve extrapolar os benefícios fisiológicos, ajudando também no fortalecimento da saúde mental por meio da construção de fatores protetivos contra o estresse e a depressão.

Do ponto de vista da saúde pública, uma série de revisões sistemáticas evidencia o papel preventivo do esporte para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Souza

et al. (2025), em uma revisão que incluiu 37 estudos, confirmaram que intervenções escolares com atividade física resultam em melhora da composição corporal, aptidão cardiorrespiratória, habilidades motoras e cognição em adolescentes, aspectos que reverberam na prevenção de obesidade, diabetes tipo 2 e hipertensão. De forma consistente, outro trabalho recente ressaltou que pessoas com DCNT que praticam atividades físicas regulares apresentam melhores indicadores de saúde e níveis reduzidos de mortalidade por causas associadas.

A OMS (2020), em suas diretrizes para atividade física e comportamento sedentário, recomenda que adultos realizem de 150 a 300 minutos de atividade aeróbica semanal, enquanto crianças e adolescentes devem acumular, em média, 60 minutos por dia. Estimativas do Ministério da Saúde confirmam que cerca de 23% da população adulta não atende a essas recomendações, cifra que pode atingir até 80% em subgrupos específicos, sobretudo em contextos periféricos. Essas evidências embasam a escolha por um projeto multigeracional que atue desde a infância até a terceira idade, em conformidade com a Estratégia Global da OMS para DCNT e com a Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2022)

A avaliação das ações sociais contemporâneas tem emergido como um elemento central de governança e *accountability* nas políticas públicas. Gomes e Costa (2020) destacam a importância de sistemas mistos de monitoramento, que combinem indicadores quantitativos — como frequência, desempenho físico, variação no índice de massa corporal (IMC) — com avaliações qualitativas sobre percepção dos participantes, qualidade de vida e satisfação. Essa abordagem híbrida intensifica a credibilidade dos resultados e legitima os investimentos públicos.

À mesma linha, metodologias participativas vêm ganhando destaque. Lima e Monteiro (2021), em pesquisa com comunidades beneficiárias de projetos esportivos, enfatizam que ouvir os relatos e narrativas locais amplia a eficácia e sustentabilidade das iniciativas, devido ao alinhamento com demandas reais e ao fortalecimento do engajamento coletivo. Farias et al. (2023) corroboram essa visão e mostram que a incorporação de feedback dos usuários evidencia o impacto a longo prazo, possibilitando ajustes contínuos e maior apropriação comunitária.

5. Conhecendo o Projeto Movimento Sempre Presente

Voltado para um público-alvo composto por crianças, adolescentes, adultos e idosos que enfrentam dificuldades no acesso a atividades de esporte, lazer e cultura, especialmente, residentes de áreas urbanas e rurais que enfrentam desafios socioeconômicos, como baixa renda, falta de acesso a serviços básicos e marginalização social, o projeto se propõe a oferecer atividades esportivas e de lazer para jovens e adultos em 25 núcleos no estado do Rio de Janeiro, visando sua integração social e promoção da saúde, além de fomentar o desenvolvimento comunitário, através do incentivo à prática regular de esportes e ao desenvolvimento de competências socioemocionais, indispensáveis para enfrentar os desafios da vida cotidiana e melhorar a qualidade de vida.

Aos pesquisadores e alunos-bolsistas da UNIRIO cumpre a promoção de eventos, campanhas educativas e ações sociais voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao comportamento, emoções e relacionamento interpessoal, além de ações de incentivo à prática esportiva, de engajamento comunitário e disseminação de informações sobre os benefícios do esporte e do lazer para a saúde e bem-estar.

Cumpre também a tarefa de garantir a produção de conhecimento em devolutiva à sociedade, com divulgação dos resultados obtidos com o projeto por meio de publicação em meio físico e digital, incluindo análises quantitativas e qualitativas, relatórios de impacto, atividades extensionistas e produção de pesquisas e artigos científicos para compartilhamento das experiências, aprendizados e melhores práticas adotadas durante a execução do projeto.

Com base nas evidências apontadas no item 4 do presente ensaio, o “Movimento Sempre Presente” foi estruturado em três eixos interdependentes:

a) Esportes de combate (jiujitsu, judô, karatê): voltados ao desenvolvimento do autocontrole, disciplina e regulação emocional. Em consonância com abordagem formativa, tais modalidades auxiliam no estabelecimento de normas pessoais, no aumento da autoestima e na contenção de impulsos, elementos fundamentais para jovens em contextos de vulnerabilidade.

b) Esportes com bola (futebol e futsal): promovem o trabalho em equipe, coordenação motora e habilidades cooperativas, já frequentemente utilizados em

intervenções sociais . O jogo coletivo fortalece a comunicação, sana tensões grupais e fomenta a construção de pertencimento.

c) **Ginástica e dança (functional training, zumba):** destinadas à promoção da expressão corporal, alegria, socialização e saúde cardiovascular. A dança, em especial, tem reconhecimento em estudos sobre bem-estar e integração cultural, contribuindo para o combate ao sedentarismo e à exclusão social.

Para garantir eficiência técnicocientífica e *accountability*, o projeto adotará um sistema de monitoramento misto fundamentado em:

- Indicadores quantitativos: taxa de adesão, frequência semanal, variação do IMC, aptidão física, níveis de glicemia e pressão arterial (para adultos e idosos);
- Indicadores qualitativos: entrevistas semiestruturadas e grupos focais com participantes, familiares e comunidade, com coleta semestral de percepções;
- Indicadores participativos: registros narrativos em formato livre ou audiovisual, alimentando um banco de experiências sobre impactos percebidos.

Essa multidimensionalidade avaliativa encontra consonância com orientações do Plano Nacional de Esporte (Brasil, 2021) e das diretrizes internacionais da UNESCO, que apontam para a centralidade da avaliação contínua em programas de desenvolvimento humano.

A estratégia adotada pelo “Movimento Sempre Presente” está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 – Saúde e bem-estar, e o ODS 10 – Redução das desigualdades, segundo o Acordo de 2015 (ONU, 2015). A promoção de acesso igualitário às práticas esportivas, associada a um sistema de avaliação transparente e rigoroso, cria uma estrutura propícia à construção de culturas de paz e solidariedade, ao mesmo tempo em que contribui para a eficiência dos recursos públicos.

5.1 As fases de realização do projeto

O projeto está configurado em duas fases distintas: estruturação e execução de atividades, com duração total de quinze meses, ao longo do ano de 2025, a partir do mês de abril. A fase de Estruturação do Projeto, com duração de três meses (abril, maio e junho), o foco foi direcionado para a identificação e análise dos requisitos necessários para alcançar os objetivos do projeto. Nesta etapa, já concluída, foi elaborado um plano detalhado com todas as ações que possibilitarão a garantia dos recursos necessários à execução do projeto, bem como seleção de todos os profissionais que integração a equipe de trabalho do projeto e a definição de responsabilidades de cada um ao longo de todo período de execução.

Na fase de Execução do Projeto, imediatamente posterior à Estruturação, o foco se volta para a implementação efetiva das ações de atendimento aos beneficiários, que envolvem a coordenação das atividades, utilização dos materiais adquiridos de maneira eficiente e a comunicação constante entre os membros da equipe. Neste momento, é essencial que cada tarefa seja executada conforme o planejado, e que ocorram ajustes ao longo da execução do projeto, se necessário. A gestão adequada das partes interessadas, incluindo a equipe gestora do IPGI) da UNIRIO e demais atores envolvidos, será fundamental para o sucesso do projeto, do primeiro ao último dia de vigência da parceria. A fase de execução do Projeto Movimento Sempre Presente terá a duração de 12 meses. Durante esse período, as atividades planejadas serão implementadas de acordo com o cronograma estabelecido, visando alcançar os objetivos propostos de forma eficaz e dentro dos prazos estipulados. A equipe designada estará totalmente dedicada às atividades de esporte, lazer e cultura ofertadas. O período de 12 meses permitirá a execução completa das atividades planejadas, possibilitando a obtenção dos resultados esperados e o atendimento das metas previstas na Proposta Técnica.

Alinhado ao entendimento da UNIRIO de que um dos principais elementos do fomento às ações de ensino, pesquisa e extensão é a garantia de legado dos projetos desenvolvidos, o Projeto Movimento Sempre Presente terá a produção de publicação com os resultados do projeto. Essa iniciativa visa documentar e compartilhar de forma eficaz os resultados e impactos do Projeto Movimento Sempre Presente.

O material será desenvolvido no formato de livro digital e físico, visando a ampla e acessível disseminação das contribuições e aprendizados gerados pelo projeto. A responsabilidade pela produção desse conteúdo ficará a cargo da Equipe da UNIRIO.

Conclusão

Caminha-se para a parte conclusiva do presente estudo, não sem antes sublinhar que a literatura contemporânea confirma que a prática esportiva sistematizada promove competências psicossociais cruciais, atua como ferramenta eficaz na prevenção de doenças crônicas, e deve ser acompanhada por sistemas de monitoramento híbridos e participativos. Ao integrar essas diretrizes em suas ações, o “Movimento Sempre Presente” assume o papel de estratégia inovadora em saúde pública e promoção da cidadania, contribuindo para o fortalecimento de comunidades saudáveis, inclusivas e resilientes.

Não por acaso, as perspectivas de impactos sociais estão apontando para três dimensões principais: inicialmente, o fortalecimento dos vínculos comunitários, com relatos frequentes sobre a formação de novas amizades e redes de apoio; a descoberta de potencialidades individuais, especialmente entre crianças e adolescentes que nunca haviam tido acesso sistemático a práticas esportivas e culturais; e, não menos importante, a ampliação da consciência sobre direitos sociais básicos.

A equipe do projeto, desde a sua fase estrutural, tem aprendido valiosas lições sobre a importância da flexibilidade metodológica. Planos inicialmente considerados ideais no papel precisaram ser adaptados às realidades concretas das comunidades a serem contempladas, confirmado que políticas públicas efetivas devem ser construídas em diálogo permanente com seus beneficiários. Esse processo de ajuste contínuo tem sido fundamental para estabelecer relações de confiança com os futuros participantes.

As perspectivas para os próximos ciclos incluem: a consolidação das parcerias institucionais, a expansão para novas áreas atendidas, e o desenvolvimento de sistemas mais robustos de monitoramento e avaliação. Particular atenção será dada à sustentabilidade do projeto, buscando mecanismos que garantam sua continuidade para além dos ciclos iniciais.

Embora ainda em fase embrionária, o Movimento Sempre Presente já demonstra ser um laboratório vivo de políticas públicas inovadoras. Seus primeiros passos indicam que a combinação entre esporte, cultura e educação, quando articulada de forma

participativa e territorializada, pode de fato se constituir como potente estratégia de inclusão social. O caminho a percorrer ainda é longo, mas as bases estabelecidas sugerem um futuro promissor para esta iniciativa que busca transformar realidades através da democratização do acesso a práticas esportivas e culturais.

Referências

- ABRUCIO, F. L. **Parcerias entre Estado e sociedade civil: novos arranjos institucionais.** São Paulo: Editora 34, 2019.
- ABRUCIO, F. L.; PÓ, M. V. **Governança e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Editora FGV, 2020.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2018.
- ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Plano Nacional do Esporte: diretrizes e estratégias 2021-2031.** Brasília: Secretaria Especial do Esporte, 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Políticas integradas de esporte e cidadania.** Brasília: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento-Referência da CONAE 2024.** Brasília: MEC, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2022-2030.** 2022.
- BUSS, P.; PELLEGRINI, A. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis, v.17, n.1, 2007.
- CANCLINI, N. **Culturas Híbridas.** São Paulo: EDUSP, 2008.
- DEMO, o Pedro. **Cidadania: pequenas e desafios.** 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- DEMO, P. **Educação e cidadania.** Campinas: Autores Associados, 2011.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FARIA, C. F. **Inovação social e políticas públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- FARIAS, P. S. et al. **Avaliação participativa em projetos esportivos sociais: metodologias e experiências.** Rio de Janeiro: EduERJ, 2023.
- FONSECA, M. G.; BARBOSA, L. H. **Esporte e desenvolvimento socioemocional: evidências e práticas.** São Paulo: Cortez, 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, M. G. **Teorias sobre participação social.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- GOMES, R. J.; COSTA, L. P. **Indicadores de desempenho em políticas esportivas: teoria e aplicação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- ICALHO, Camila Cristina Fonseca. **Construção e evidências de validade da Escala de Resiliência no Esporte (ER-Esp).** 2020. Tese (Doutorado) – UFMG.

LIMA, A. C.; MONTEIRO, D. S. **Participação social na avaliação de projetos comunitários.** Curitiba: CRV, 2021.

LOPES, J. R.; SANTOS, M. A.; BROCHARDT, M. D. **Marco regulatório e as organizações da sociedade civil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

MARSHALL, T. (em inglês) H. A. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, J. V. et al. **Esporte como direito social:** impactos na saúde coletiva. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 45, e20230045, 2023.

OLIVEIRA, M. S. et al. **Atividade física na prevenção de doenças crônicas:** revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 8, p. 3125-3138, 2021.

OMS. **Diretrizes sobre atividade física, comportamento sedentário e sono.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: Nações Unidas, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nossa Mundo: Uma Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. de 2015. Disponível em: [https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentável](https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel). Acesso em: 23 out. 2023.

RIBEIRO, C. L.; VIEIRA, L. F. **Esporte e lazer em comunidades vulneráveis:** análises críticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

SAMPAIO, H. **Políticas intersetoriais: teoria e prática.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SAMPAIO, H.; LIMA, R. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil.** Brasília: IPEA, 2018.

SAMPAIO, T. M. V. et al. **Políticas públicas esportivas e inclusão social.** Movimento, v. 27, e27012, 2021.

SILVA, R. F. et al. **Competências socioemocionais no esporte educacional.** Pensar a Prática, v. 23, e60532, 2020.

SILVA, Rodrigo da Fraga e colabor. O impacto das intervenções de atividade física na promoção da saúde na escola: prevenção de DCNT. **Rev. Educação**, SM, 2025.

SOUZA, Thainá Ferreira de Toledo Piza et al. **Atividade física de lazer de pessoas com e sem DCNT em Ribeirão Preto.** Rev. Bras. Enferm., São Paulo, 2020.

STIGGER, M. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida.** Campinas: Autores Associados, 2002.

TENÓRIO, F. G. **Governança e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: FGV, 2017.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 201